

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE ÍLHAVO**

**2014-2016**

**Ficha Técnica**

**Núcleo Executivo**

- Câmara Municipal de Ílhavo
- Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo (CASI)
- Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré
- Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Aveiro, IP.
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo

## **CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE ÍLHAVO**

- Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), Baixo Vouga II
- Associação Aquém Renasce
- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo
- Câmara Municipal de Ílhavo
- Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)
- Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Aveiro, IP.
- Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - FOR-MAR de Ílhavo
- Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro
- Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação
- Centro Social e Paroquial N. Sr.<sup>a</sup> da Nazaré
- Centro Social Padre José Kentenich
- Conferências S. Vicente de Paulo de Ílhavo
- Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro (CERCIAV)
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo
- Grupo Cáritas Paroquial da Praia da Barra
- Grupo Cáritas Paroquial de Vale de Ílhavo
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação
- Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré
- Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo
- Junta de Freguesia de S. Salvador
- Lar Divino Salvador
- Lions Clube de Ílhavo
- Ministério da Educação e Ciência
- Obra da Providência
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo
- Serviço de Intervenção nos Comportamento Aditivos e Dependências (SICAD) - Centro de Respostas Integradas (CRI) de Aveiro

## **MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL**

O Conselho Local de Ação Social de Ílhavo continua e continuará a dar passos firmes em direção ao desenvolvimento social, em busca de condições de cidadania e igualdade para a nossa população, sendo este o propósito maior da nossa atividade.

Conscientes do agravamento das condições económicas das famílias, implementámos o ASI – Atendimento Social Integrado, como forma de dar uma resposta mais célere a situações de carência comprovada. Atendendo ao sucesso desta medida é nossa intenção aprofundar o trabalho desenvolvido, em articulação com os parceiros, numa rede que se tem tornado cada vez mais abrangente, permitindo conhecer as reais necessidades da população e adotar assim a forma de intervenção mais adequada para cada caso.

Num momento em que assistimos à modesta, mas sustentável consolidação da retoma financeira, e que se encontrou algum equilíbrio na distribuição de apoios, proporcionando a equidade financeira a uma faixa mais alargada da sociedade, deparamo-nos ainda com os efeitos colaterais da crise, nomeadamente o desemprego de longa duração e as dificuldades no acesso ao emprego, que afeta uma considerável percentagem da população ativa do Município. A aposta em ações de promoção da procura de emprego, criação do próprio negócio, são mecanismos que pretendem despertar a capacidade empreendedora da população.

O Plano de Desenvolvimento Social, desenvolvido por todos os parceiros de uma forma ativa e integrada e claramente integrativa, é um instrumento de orientação que dá corpo ao planeamento estratégico, baseado na nossa forma de intervenção com vista à promoção da qualidade de vida e coesão social, com vista a responder às novas necessidades e exigências no contexto social atual, agindo no presente para prevenir o futuro.

Bem hajam

Um abraço Amigo

### INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de prioridades, que pretende definir a estratégia de intervenção para este território no horizonte social até 2016.

O Plano de Desenvolvimento Social enuncia uma estratégia para atingir uma situação social desejável, mas realista, nos territórios sobre os quais incide. *(in Guião Prático para a Implementação da Rede Social, 2004, pp.22)*

#### **Para que serve o Plano de Desenvolvimento Social?**

O Plano de Desenvolvimento Social, de ora em diante designado por PDS constitui-se como um instrumento metodológico que orienta as respostas para as necessidades individuais e coletivas. Apresenta como objetivo primordial servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, no âmbito da operacionalização dos trabalhos do Conselho Local de Ação Social (CLAS).

O PDS é um plano estratégico que a todo o momento é passível de reformulações devendo permitir e prever a inclusão de novas iniciativas, metodologias e parcerias.

#### **O que deve constar num Plano de Desenvolvimento Social?**

- > Eixos de Desenvolvimento
- > Estratégia
- > Objetivo Estratégico
- > Objetivos Específicos

#### **> Eixos de Desenvolvimento**

Estes são definidos com base nas problemáticas identificadas, podendo a designação coincidir com estas ou serem reformuladas numa perspetiva do desenvolvimento desejado para o concelho.

#### **> Estratégia**

Apresentação descritiva do caminho a seguir para alcançar o objetivo estratégico, tendo em linha de conta os caminhos possíveis para o conseguir. Deve ser feita uma opção clara e partilhada por todos os parceiros quanto à definição da estratégia para atingir os objetivos definidos.

**> Objetivo Estratégico**

Objetivo de nível superior, devidamente enquadrado num determinado eixo de desenvolvimento definido, para o qual a nossa intervenção contribui mas que por si só não consegue garantir. Trata-se de descrever a situação futura após a solução dos problemas. Ao alcançar os objetivos dos projetos/ações/atividades que vierem a ser implementados (inscritos no Plano de Ação do Atendimento Social Integrado/Núcleo Local de Inserção) contribui-se de forma determinante para alcançar o objetivo estratégico.

**> Objetivos Específicos**

São os objetivos que devem ser alcançados com a intervenção e que contribuem para atingir um objetivo estratégico, ainda que possam não ser suficientes para tal. Não deverá ser definido um conjunto demasiado vasto de objetivos específicos, de forma a que sejam realistas e exequíveis, sem que deixem de constituir um desafio.

A diferença entre objetivos estratégicos e objetivos específicos prende-se com a dimensão dos mesmos. Um objetivo específico contribui para a concretização de um objetivo estratégico, mas este tem sempre uma abrangência mais lata que o anterior, sendo que a intervenção garante o cumprimento do primeiro e contribui para alcançar o segundo.

**PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO**

No que se reporta ao Conselho Local de Ação Social de Ílhavo e decorrente da análise conjunta do diagnóstico levado a cabo pelos parceiros, sobressaem **seis grandes eixos de desenvolvimento estratégico:**

- Natalidade
- Empregabilidade
- Envelhecimento Ativo e de Qualidade
- Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Qualificação dos Profissionais de Intervenção Social
- Etnias

**Natalidade**

Este eixo remete para a necessidade de intervir:

1. Ao nível do conhecimento dos fatores que poderão influir na taxa de natalidade em Ílhavo.

**Empregabilidade**

Este eixo remete para a necessidade de intervir:

1. Ao nível do aumento das qualificações escolares e profissionais, quer dos jovens, quer dos adultos, considerando a sua relação com o acesso ao mercado de trabalho;
2. Quanto à racionalização e articulação da oferta formativa/educativa com as necessidades do tecido económico empresarial;
3. Na aposta no estímulo do empreendedorismo social;
4. Na empregabilidade de grupos em situação de vulnerabilidade.

**Envelhecimento Ativo e de Qualidade**

Este eixo remete para a necessidade de intervir nos seguintes domínios:

1. Diagnóstico sobre a População Idosa do território;
2. Conforto e Segurança Domiciliária / Rodoviária;
3. Ações de sensibilização sobre Saúde;
4. Divulgação de respostas/serviços existentes no concelho para os séniores;
5. Sistemas de atribuição de produtos de apoio;
6. Combate ao isolamento.

**Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social**

Este eixo remete para a necessidade de intervir:

1. Nas questões da partilha das boas práticas das instituições enquanto garante da sua sustentabilidade;
2. Na aposta da criação de mecanismos de divulgação, partilha e articulação de informação.



**Qualificação dos Profissionais de Intervenção Social**

Este eixo remete para a necessidade de:

1. Dotar os profissionais de ferramentas que permitam um melhor desempenho da sua atividade face às novas problemáticas emergentes.

**Etnias**

Este eixo remete para a necessidade de intervir:

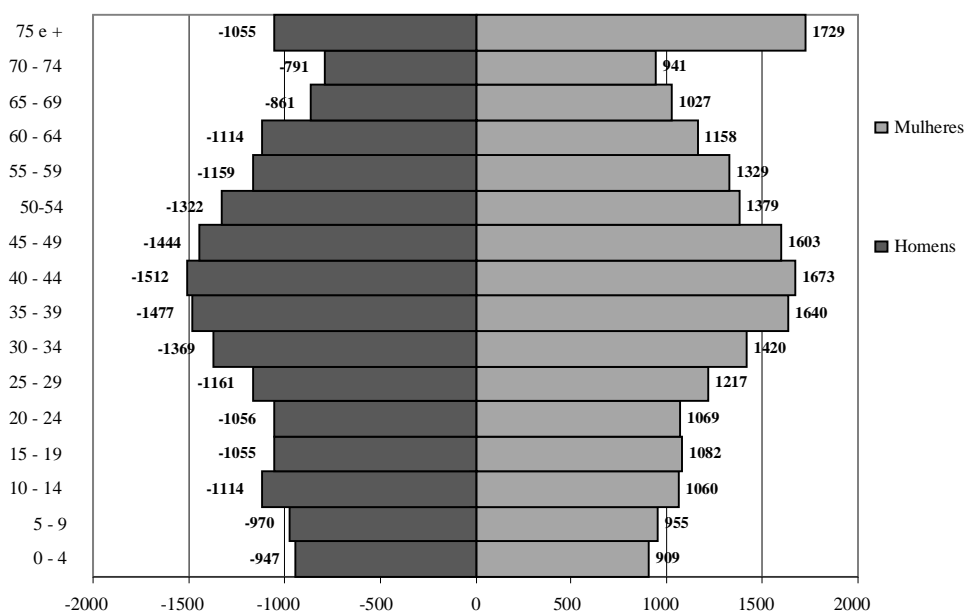
1. Nas questões relativas à etnia cigana, melhorando as condições para a sua integração.

**EIXOS DE DESENVOLVIMENTO**

## NATALIDADE

As questões relacionadas com o decréscimo da taxa de natalidade, acompanhado do crescente envelhecimento populacional, são uma preocupação não só ao nível de Ílhavo, bem como, de todo o panorama nacional.

### Pirâmide Etária



FONTE: INE, Censos 2011 – Resultados Definitivos

Da análise à pirâmide etária supra, constata-se que, em virtude de se observar um topo mais largo em relação à base, nos encontramos na presença de uma pirâmide etária envelhecida, marcada por uma menor taxa de natalidade, uma menor taxa de mortalidade e uma maior esperança de vida, sendo este tipo de pirâmide muito característico de países desenvolvidos.

Taxa Bruta de Natalidade

Zona Geográfica	Anos					
	1981	1995	2001	2009	2010	2011
Baixo Vouga	16,1	11,3	10,7	8,6	9,0	8,3
Águeda	17,2	10,9	10,7	6,6	8,4	7,7
Albergaria-a-Velha	14,6	10,9	11,1	8,2	9,4	8,7
Anadia	15,8	8,9	9,2	6,1	7,6	6,9
Aveiro	16,4	12,0	11,3	11,2	10,6	9,7
Estarreja	17,8	12,0	9,7	8,1	8,5	8,0
<b>Ílhavo</b>	<b>17,2</b>	<b>11,5</b>	<b>11,1</b>	<b>9,2</b>	<b>9,1</b>	<b>7,9</b>
Mealhada	14,8	9,4	8,7	7,4	8,4	7,3
Murtosa	15,8	11,4	14,1	11,5	9,1	7,7
Oliveira do Bairro	13,4	10,5	10,7	9,1	10,1	9,2
Ovar	16,7	13,0	11,4	8,4	8,8	8,3
Sever do Vouga	15,5	9,3	8,5	6,4	6,2	6,0
Vagos	13,6	12,5	10,9	8,9	8,1	8,4

FONTE: INE - X e XII Recenseamentos Gerais da População (1960;1981) e Estimativas Anuais da População Residente (a partir de 1982, inclusive) e PORDATA

**EIXO 1 - NATALIDADE**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

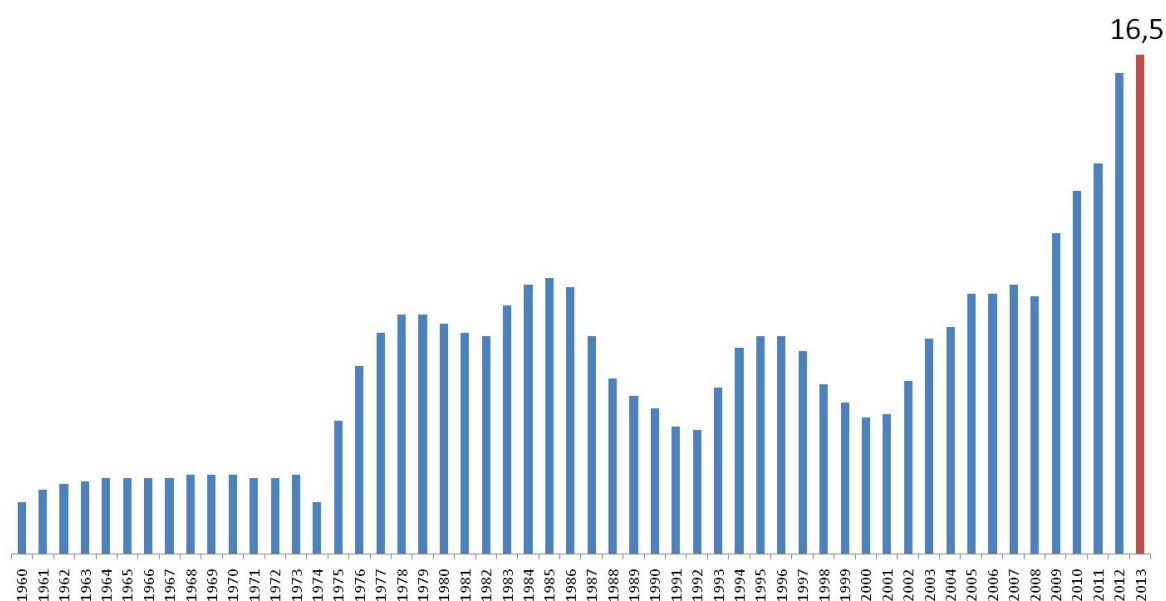
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>
<b>Aumentar o conhecimento sobre os fatores que poderão influir no aumento ou decréscimo da taxa de natalidade</b>	Realização de inquérito	Até ao final de 2016, a Câmara Municipal de Ílhavo promoverá a realização de um inquérito e consequente análise e apresentação de resultados em reunião de CLAS, sobre os fatores que influem no aumento ou decréscimo da taxa de natalidade

## EMPREGABILIDADE

O desemprego está a minar um dos sustentáculos da sociedade. A crise nacional e internacional exige que se coloque o crescimento e o emprego no centro das preocupações da política pública como modo indiscutível de dotar o País de solvabilidade económica e social.

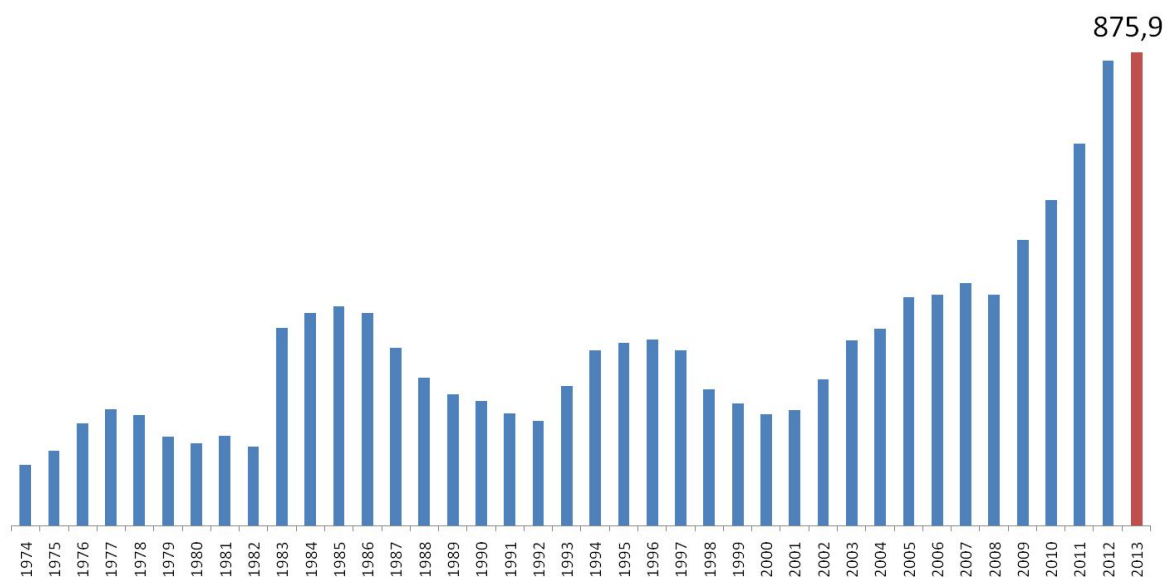
Tomemos como ponto de reflexão alguns dados estatísticos:

Taxa de Desemprego em Portugal (%)



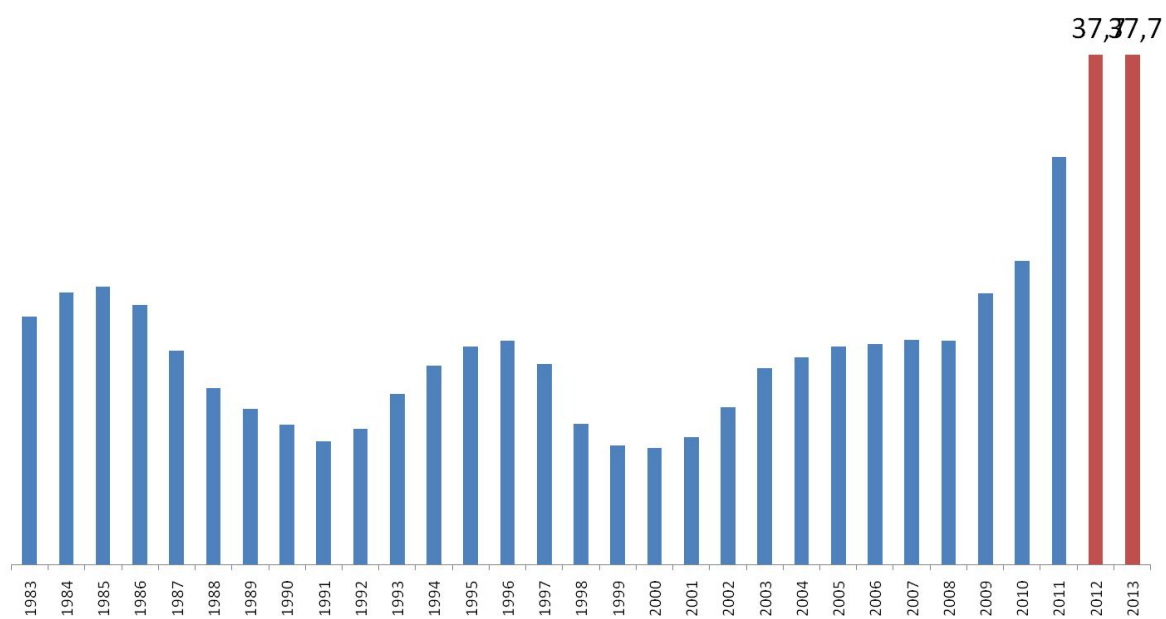
Fonte: AMECO

Número de Desempregados em Portugal  
(milhares)



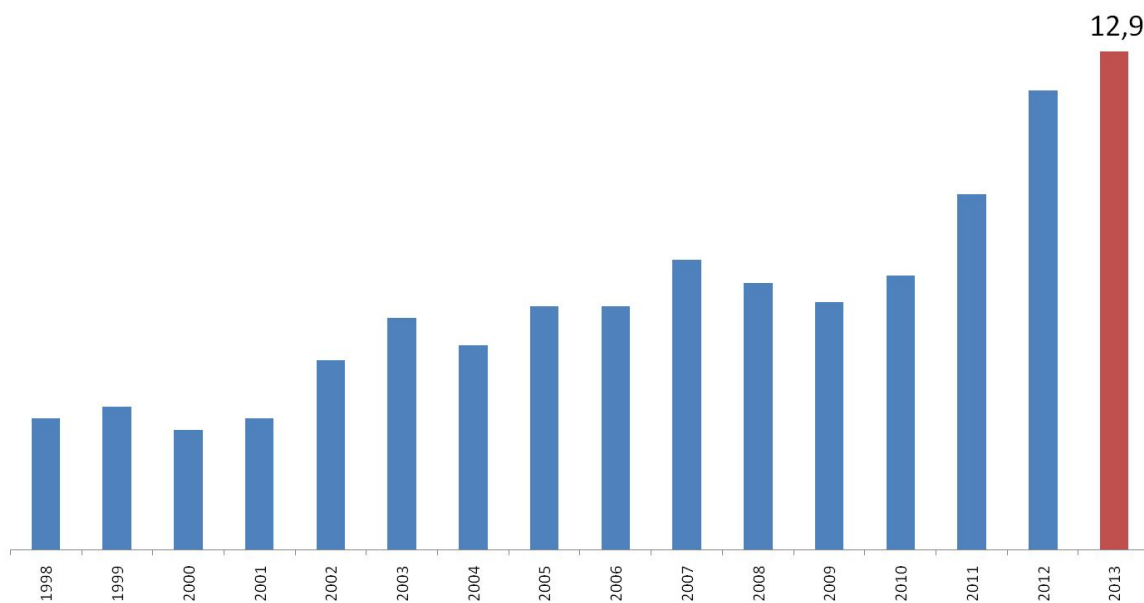
Fonte: PORDATA

Taxa de Desemprego nos Jovens em Portugal (%)



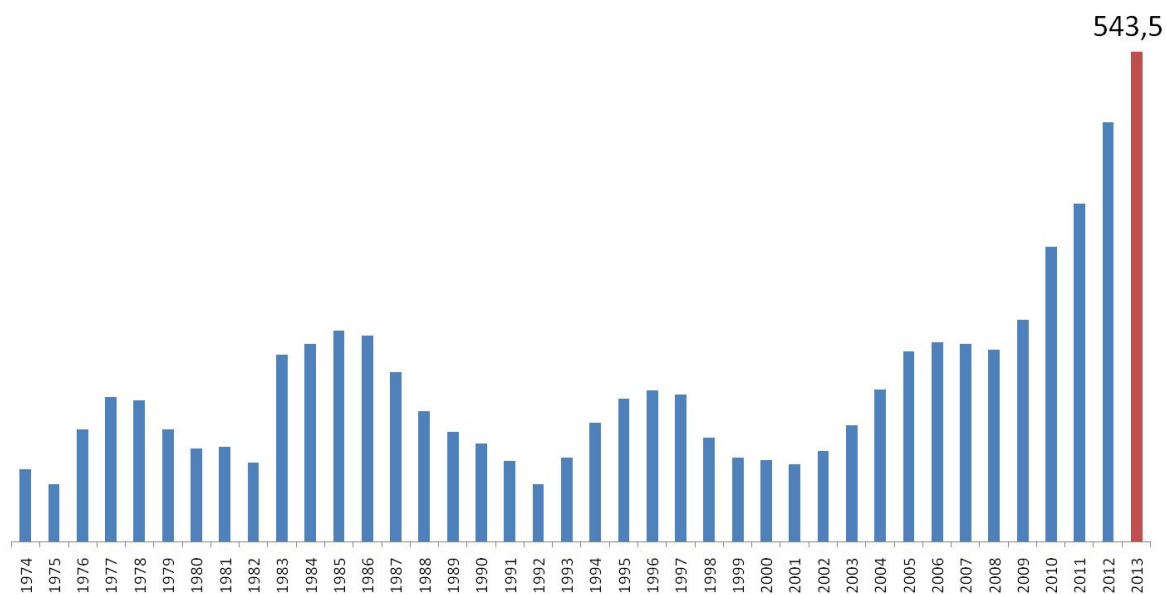
Fonte: PORDATA

Taxa de Desemprego no Ensino Superior em Portugal (%)



Fonte: PORDATA

Número de Desempregados de Longa Duração (milhares)



Fonte: PORDATA



São dados preocupantes que exigem um olhar atento de todos, em especial dos que têm a função de orquestrar políticas que protejam os cidadãos.

Perante a crise vigente, com os efeitos nefastos que a mesma apresenta aos agregados familiares, muitos são os agentes sociais chamados a participar ativamente no colmatar de constrangimentos a que a população que acompanham fica exposta.

O Estado reconhece a importância da atuação, não só dos organismos da administração central, como das autarquias e Instituições Particulares de Solidariedade Social na concretização dos objetivos de Ação Social. No entanto, as políticas de Ação Social nem sempre têm contribuído cabalmente para uma intervenção efetiva e parceira nos programas e processos conducentes ao exercício da cidadania.

Atualmente, os Técnicos têm dificuldade em defender algumas medidas e programas existentes como sendo criadores de condições que permitam o acesso de todos aos direitos sociais. Quando não estamos perante um planeamento estratégico, a intervenção não passará do somatório de ações avulsas que não terão os resultados esperados.

Há muito que se provou que o fenómeno da pobreza tem carácter multicausal, não se podendo atribuir a um só fator a sua origem. Não se tratando de um novo fenómeno, a pobreza cada vez mais se reconhece como fenómeno, não individual mas social, isto é, assume-se que existem mecanismos na sociedade que a geram e perpetuam. Estes mecanismos residem no sistema educativo, na saúde, no **mercado de trabalho**, entre outros.

Ser pobre é, além do mais, estar destituído das formas mais elementares de poder, nomeadamente o poder de reclamar o seu direito a ter uma existência digna como ser humano.

Os indivíduos desfavorecidos perdem estatuto de cidadãos plenos, quando se tornam impossibilitados de participar nos padrões de vida tidos como *normais* na sociedade.

A experiência com a Medida de Rendimento Mínimo Garantido, posteriormente revogada pelo Rendimento Social de Inserção (RSI), em questões de parceria mostrou-se frutífera, repousando nela, em larga medida, o êxito dos programas de inserção, agora designados de Contratos de Inserção. O RSI, que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num Contrato de Inserção, visa assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e que favoreçam uma progressiva (re)inserção social, laboral e comunitária.

Pressupõe a referida Medida, que seja permitido aos indivíduos e/ou famílias que dela beneficiam, um nível de rendimento tido como limiar indispensável para a sobrevivência, indissociável de medidas de inclusão como sejam o acesso à escola, ao mercado de trabalho, a valorização através de formação profissional, etc..

Os handicaps associados à pobreza têm como consequência a diminuição dos recursos e consequentemente enfraquecimento das condições de vida. Os hábitos e costumes dos indivíduos alteram-se, condicionando estilos de vida. Indivíduos em situação de pobreza e/ou exclusão social, apresentam, não raras vezes, um baixo nível de aspirações, esbatendo-se a sua capacidade de iniciativa e de participação. Neste contexto, não será difícil compreender que, vendo diminuída a sua autoestima, os indivíduos, apresentem dificuldade em projetar novos rumos para as suas vidas, e de participem na construção de projetos de vida.

Poder-se-á dizer que o sistema educativo (como também de formação profissional) inicia e termina o ciclo vicioso da pobreza, sendo também uma das principais fontes geradoras/transmissoras da mesma de uma geração para a seguinte.

Quanto menor o nível de instrução maior a probabilidade do indivíduo vir a trabalhar auferindo salários baixos, estando também sujeito a empregos precários e mais suscetível ao desemprego. Aí, a sua baixa qualificação profissional funcionará como obstáculo à reconversão profissional e fará aumentar a duração do desemprego.

Não obstante as considerações tecidas anteriormente, a população com a qual trabalhamos, muito se distancia, na sua caracterização, da que outrora num passado recente, recorria os serviços. Cada vez mais indivíduos e/ou famílias em situação de desemprego, apresentam habilitações literárias elevadas não se encontrando integrados no mercado de trabalho muito em sequência da situação financeira que o país atravessa. Dispensados da sua posição no mercado de trabalho, viram a sua situação entrar em declínio nas diferentes esferas, dado passarem a não conseguir cumprir os compromissos que haviam honrado aquando das condições que apresentavam. As características destes “novos beneficiários” não se coadunam com intervenções do passado.

Não será demais realçar que a inclusão se realiza na e pela participação dos indivíduos excluídos, dos que deixaram de participar, dos que: pelo desemprego, pobreza, falta de habitação, excluídos até do sentimento de esperança, se abandonam ao isolamento, ceticismo e inércia. Entendendo pobreza e algumas formas de exclusão social como situações de falta de poder, a reintegração social implica a devolução do mesmo aos excluídos.

Acreditando que os “pobres” possuem condições de sair da situação de exclusão/pobreza, se acionarem energias positivas que lhes permitam passar da lógica de vítimas para a de ator, é o (re) descobrir que com a sua própria ajuda podem melhorar as suas condições sócio-económicas.

Visa-se que cada comunidade crie novas formas de conjugação de esforços e se definam prioridades de intervenção. Construir parcerias é construir processo de conhecimento, assente nas complementaridades, capaz de fortalecer interações, capacidades e recursos, e capaz de tornar mais consistente a intervenção em áreas mais negligenciadas. O planeamento

estratégico pelos vários parceiros, a partir de diagnósticos sociais participados capazes de traçarem retrato concelhio no que diz respeito às necessidades e carências, mas também potencialidades e recursos possíveis de canalizar para a supressão das necessidades, com um enfoque especial no combate à pobreza e à exclusão sociais.

A inserção social pressupõe um processo de passagem dos indivíduos e/ou grupos de situações de pobreza ou exclusão para assunção da cidadania e participação. Este processo tem carácter multifacetado no que concerne à dimensão de relação com o mercado de trabalho, de relacionamento dos indivíduos com as instituições, da dimensão referente à esfera familiar e às questões de índole pessoal.

A economia global exige trabalhadores especializados e flexíveis, dispostos a adaptações face exigências atuais.

O direito ao trabalho como pilar dos direitos humanos, vai além da ressalva das questões de sobrevivência. O trabalho não apenas certifica a sobrevivência dos indivíduos e do seu bem estar, como funciona como impulsionador da participação dos mesmos na sociedade, permitindo-lhes aprofundar a autodeterminação, autorespeito e autorealização.

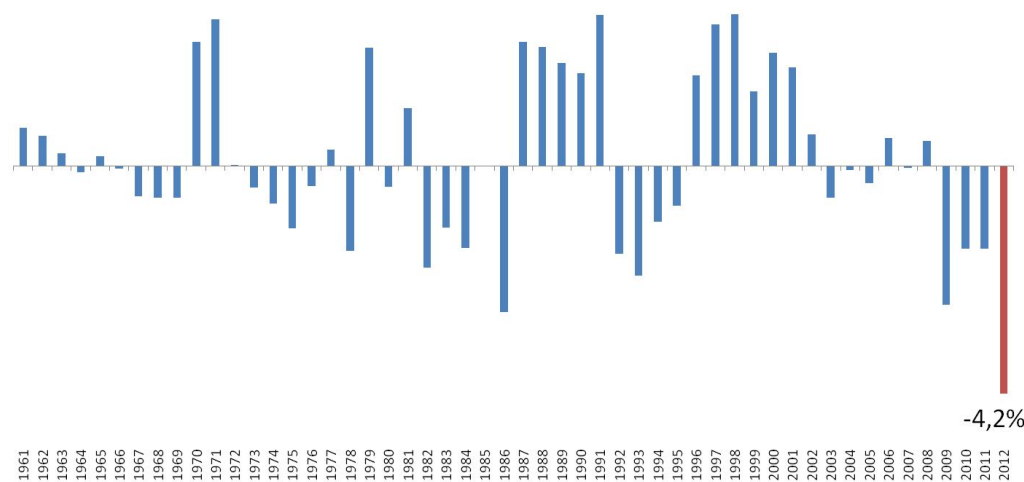
O desemprego não só promove a insegurança pessoal, como conduz a condições de trabalho injustas e pouco saudáveis, propiciadoras de gerar mal estar e instabilidade nas sociedades.

Sem dúvida que, no momento atual, tanto nos países desenvolvidos como naqueles que se encontram em vias de desenvolvimento, uma das maiores preocupações é o crescente número de jovens desempregados. A par deste, o desemprego de longa duração, em determinados setores da população, afeta a coesão e estabilidade sociais, agravando as desigualdades económicas e sociais nas sociedades. Não raras vezes, o desemprego dos jovens relaciona-se com fenómenos de exclusão, como sejam a violência, a criminalidade ou o consumo abusivo de álcool ou estupefacientes.

Atendendo ao momento que atravessamos será essencial estabelecer um plano que alie o grave problema no que concerne ao desemprego mas também de solidariedade, garantindo rendimento aos grupos especialmente afetados pela crise e o desemprego. As políticas e esforços a realizar deverão apoiar na criação de emprego e satisfação de necessidades individuais e sociais com soluções que garantam a qualificação dos recursos humanos, dotando-os de competências e qualificações efetivas para os desafios enfrentados pelo País.

No passado recente, ainda a crise financeira e económica não era fundamento para as atuais preocupações, era reconhecida a importância da metodologia de Aprendizagem ao Longo da Vida, por via de qualificação assente num sistema de dupla certificação (escolar e profissional). A não ocupação através no/do mercado de trabalho, para muitos forçada, deveria promover a qualificação duplamente certificada das pessoas dotando-as de meios financeiros que diminuam os efeitos negativos da sua situação social.

O gráfico que se segue, demonstra o crescimento do Emprego desde 1961:



Desempregados de Longa Duração\_ 12 e mais meses

Fonte: AMECO

O concelho de Ílhavo, ainda que se diferencie dos demais em diversos itens, não se distingue dos mesmos quanto à preocupação com alguns dados, nomeadamente, no que diz respeito à taxa de emprego e desemprego da sua população. O contexto Sociodemográfico do concelho de Ílhavo, apresenta-nos como números:

- a. Número de desempregados: agosto 2011: 1871 > agosto 2013: 2433
- b. Habitantes por médico: 464,8 (média nacional: 246,7)
- c. Índice de Envelhecimento: 107,5 (média nacional: 127,8)
- d. População com Ensino Superior: 13,8% (média nacional: 15,2%)
- e. Pensionistas: 28,4% (média nacional: 32,8%)
- f. Beneficiários do RSI: 5% (média nacional: 7%)

A sociedade atual confronta-se cada vez mais com problemáticas como o desemprego, o envelhecimento da população e outros fenómenos sociais associados a novas situações de risco. A evolução da economia e finanças, têm “atirado a população” mais carente para níveis de precariedade/carência há muito esquecidos. As pessoas recorrem aos serviços sedentas

de necessidade não só de serem ouvidas no seu “queixume”, mas aspirando obter algum apoio que as distancie do abismo.

O Núcleo Executivo da Rede Social de Ílhavo, na sua reflexão ao delinear o Plano de Desenvolvimento Social, não podia ficar indiferente no que concerne à problemática do desemprego dado ser um dos maiores constrangimentos quando visamos construir planos de (re)inserção social, nas suas diferentes vertentes, dos utentes que são acompanhados no âmbito da ação social.

Assim, um dos Eixos de Desenvolvimento que foi inscrito neste Plano de Desenvolvimento Social foi o do Emprego.

EIXO 2 – EMPREGABILIDADE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	OBJETIVO ESPECÍFICO
<b>Apresentar às entidades empregadoras a bolsa de desempregados e desmistificar o conceito de desempregado em acompanhamento pelos serviços de atendimento/acompanhamento</b>	Identificar a rede empresarial do concelho	Até final de 2016, o Serviço de Apoio à Formação e Emprego (SAFE – CMÍ) realizará o levantamento da rede empresarial do concelho Até final de 2016 reunirão os parceiros chave (IEFP, SAFE, rede empresarial) para discussão das questões associadas ao emprego.
<b>Tornar o Grupo de Entajuda para a Procura de Emprego (GEPE) e o SAFE em instrumentos de recrutamento, de orientação e de dinamização do público utilizador</b>	Melhorar a rede de informação e acompanhamento dos beneficiários	Até final de 2016, o SAFE criará mecanismos eficazes de divulgação e planificação da sua atividade Até final de 2016, serão promovidas três reuniões do GEPE
<b>Incrementar o empreendedorismo</b>	Aumentar o espírito empreendedor em Ílhavo	Até ao final de 2016, dinamizar-se-á a Incubadora de Empresas de Ílhavo
<b>Aumentar os níveis de empregabilidade em Ílhavo</b>	Incrementar o número de postos de trabalho	Até ao final de 2016, serão aumentados os níveis de empregabilidade em Ílhavo através da criação de postos de trabalho no Parque de Ciência e Inovação e na Zona Industrial da Mota.

<b>Aumentar o nível de formação dos cidadãos desempregados</b>	Melhorar os níveis de qualificação profissional.	Até ao final de 2016, será fomentada a formação profissional qualificante, fazendo coincidir a oferta formativa com as necessidades do tecido empresarial
--	--	---

### **ENVELHECIMENTO ATIVO E DE QUALIDADE**

O envelhecimento da população é hoje um dos fenómenos demográficos mais preocupantes nas sociedades modernas.

O envelhecimento pode ser analisado sob duas grandes perspetivas: individualmente, o envelhecimento assenta na maior longevidade dos indivíduos, ou seja, o aumento da esperança média de vida. Em 2011 o índice de longevidade era de 48, contra 41 em 2001 e 39 em 1991 (Censos, 2011).

O envelhecimento demográfico, por seu turno, define-se pelo aumento da proporção das pessoas idosas na população total. Esse aumento consegue-se em detrimento da população jovem, e/ou em detrimento da população em idade ativa.

Em Portugal, o agravamento do envelhecimento da população tem vindo a ocorrer de forma generalizada em todo o território e deixou de ser um fenómeno localizado apenas no interior do país.

Na última década agravou-se o fosso entre jovens e idosos. De acordo com os dados do INE (Censos, 2011), a percentagem de jovens recuou de 16% em 2001 para 15% em 2011. Na população idosa assistiu-se ao movimento inverso tendo passado de 16% em 2001 para 19% em 2011.

Em 2011 o índice de envelhecimento da população agravou-se para 128 (102 em 2001), o que significa que por cada 100 jovens há 128 idosos. De igual forma, o índice de envelhecimento do concelho é de 108,04, o que significa que Ílhavo tem hoje mais população idosa do que jovem, sendo de salientar que, Ílhavo apresenta um índice de envelhecimento abaixo do apresentado pela maioria dos Concelhos do Baixo Vouga, à exceção do apresentado por Ovar, sendo ainda inferior ao índice apresentado por Portugal.



**Quadro I** - Índice de envelhecimento de Ílhavo

Zona Geográfica	Anos			
	1960	1981	2001	2011
<b>Ílhavo</b>	21,09%	32,20%	76,10%	108,04%

*Fonte:* INE, Censos 2011

**Quadro II** - Índice de envelhecimento do Baixo Vouga

Zona Geográfica	Anos	
	2001	2011
<b>Baixo Vouga</b>	94,30%	129,00%
<b>Águeda</b>	97,30%	141,30%
<b>Albergaria a Velha</b>	89,60%	117,70%
<b>Anadia</b>	131,90%	184,90%
<b>Aveiro</b>	88,90%	117,00%
<b>Estarreja</b>	100,60%	137,90%
<b>Ílhavo</b>	76,10%	108,04%
<b>Mealhada</b>	119,10%	154,30%
<b>Murtosa</b>	114,90%	146,30%
<b>Oliveira do Bairro</b>	118,10%	131,50%
<b>Ovar</b>	68,40%	103,10%
<b>Sever do Vouga</b>	121,10%	176,30%
<b>Vagos</b>	90,30%	132,50%

*Fonte:* INE, Censos 2011

No que se refere ao índice de dependência dos idosos, conforme análise do seguinte quadro, constata-se que, em Ílhavo, por cada 100 pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos temos, atualmente, de acordo com os Censos de 2011, um total de 25 idosos, sendo que, como facilmente se constata, Ílhavo apresenta o segundo mais baixo índice de dependência de idosos de todo o Baixo Vouga, sendo que o primeiro e de percentagem mais baixa é o índice de Ovar.

**Quadro III** - Índice de Dependência dos Idosos - Baixo Vouga

Zona Geográfica	Anos	
	2001	2011
<b>Baixo Vouga</b>	23,30%	28,70%
<b>Águeda</b>	22,70%	29,70%
<b>Albergaria a Velha</b>	22,80%	27,40%
<b>Anadia</b>	29,30%	37,70%
<b>Aveiro</b>	21,10%	25,10%
<b>Estarreja</b>	25,20%	31,00%
<b>Ílhavo</b>	19,50%	25,00%
<b>Mealhada</b>	27,90%	33,30%
<b>Murtosa</b>	31,50%	36,60%
<b>Oliveira do Bairro</b>	29,70%	32,60%
<b>Ovar</b>	18,30%	23,50%
<b>Sever do Vouga</b>	28,80%	37,00%
<b>Vagos</b>	24,10%	30,50%

Fonte: INE, Censos 2011

Deste modo, podemos constatar da tendência para o envelhecimento da população concelhia, reforçando a urgência de desenvolver meios para melhor atender às dificuldades deste grupo populacional em crescimento, promovendo um envelhecimento associado ao conceito de bem-estar e de qualidade de vida (Sousa e col., 2003).

Devido a este facto, torna-se urgente tomar medidas que ajudem as famílias, os governos e a sociedade em geral a lidar com ele da melhor forma. O fenómeno do envelhecimento demográfico, leva a que surjam problemas ao nível do mercado de trabalho, da oferta e da procura de empregos, dos serviços de saúde, segurança social, exclusão social e conflitos de gerações.

A nível individual, saber envelhecer exige novas aprendizagens e adaptações, de modo a superar todas as dificuldades físicas, psicológicas e sociais que o envelhecimento acarreta.

Deste modo é necessário, prevenir situações de isolamento, solidão e insegurança e criar mecanismos de suporte às redes primárias de solidariedade (família) através de respostas institucionais (apoio domiciliário, centros de dia, lares) (Estudos de Caracterização – Demografia e Condições Sociais, 2013 CMI).

Para prevenir o desenraizamento da pessoa em relação à sua família e amigos, é necessário manter os idosos no seu domicílio, contribuindo para a sua qualidade de vida, e envolver a família na prestação de cuidados ao seu idoso, criando-se uma resposta mais económica a nível de política social e mais humana no que respeita ao enquadramento natural do idoso.

A solidão, a falta de rendimentos e a inatividade constituem fatores de risco para os idosos, em termos de necessidades acrescidas de serviços de saúde e de bem-estar. Até 2007, a população idosa tem uma taxa de participação relativamente elevada na atividade económica, após ter atingido a idade da reforma ou até mesmo após se ter reformado ou aposentado; nos últimos anos, com o início da crise de 2008, tem vindo a verificar-se uma quebra significativa no emprego de idosos. A organização de bolsas de voluntários a nível da freguesia, poderia permitir contatos periódicos e ajuda, sempre que necessária e em tempo útil, aos idosos vivendo só.

O voluntariado é, assim, um meio de permitir às gerações atividades em conjunto e de fornecer oportunidades para os cidadãos séniores permanecerem ativos e contribuírem para a comunidade, divulgando conhecimento e experiência que adquiriram ao longo da vida.

A criação, nas escolas, de programas de voluntariado para jovens junto da população idosa afigura-se altamente recomendável, favorecendo a geração de imagens mais positivas do envelhecimento e da velhice, associando-lhe competência, independência e maturidade.

Atendendo a importância desta problemática foi elaborada uma **Resolução da Assembleia da República n.º 61/2012** aprovada em 5 de abril de 2012, em que se recomenda ao governo:

Art.n.º3 - Incentive o voluntariado de vizinhança, coordenado pelos conselhos locais de ação social e em estreita articulação com as forças de segurança e os serviços da segurança social, **com o fim de identificar pessoas idosas em situação de isolamento, abandono e violência**, e encaminhar para a rede social ou comissões sociais de freguesia que devem providenciar, tendo em consideração a vontade e autonomia da pessoa idosa, as respostas adequadas junto das entidades competentes.

- Art. N.º 4 — Valorize o envelhecimento ativo, nomeadamente com o voluntariado sénior, potenciando o relacionamento intergeracional através da troca de experiências, da passagem de testemunho cultural e **assegurando um combate efetivo ao isolamento da pessoa idosa** e favorecendo a sua saúde física e mental.

- Art. N.º 5 — Generalize a utilização da tecnologia, com especial relevo para a telemática, garantindo a segurança, vigilância, monitorização eletrónica e alarme das pessoas idosas.

A "atividade lúdica" constitui um dos fatores que mais contribui para a melhoria da Qualidade de Vida (QDV) da população idosa, de acordo com um estudo levado a cabo, em 1995, pela Direção-Geral de Saúde, sobre a QDV dos idosos portugueses.

Sabendo que os idosos não constituem um grupo homogêneo, existindo diferentes padrões de adaptação à velhice que depende essencialmente de fatores como a idade da reforma, a classe socioeconómica, o estado civil, o sexo e a religião importa oferecer-lhes uma gama variada de atividades de lazer.

Nesta lógica torna-se um dever proporcionar “políticas” que priorizem ações que estimulem e beneficiem os idosos, nos segmentos da cultura, lazer, desporto e educação, tendo como meta a promoção da cidadania na terceira idade, preparando-os para uma maturidade e uma velhice bem sucedida. Assim, segundo o estudo “os idosos e as atividades de lazer” de Martins (2010,p. 2) as atividades de lazer devem constituir momentos onde o indivíduo idoso se empenhe, algo que escolha de livre e espontânea vontade, que lhe dê prazer e que contribuam para o desenvolver como pessoa. Os prazeres podem ser encontrados em diferentes atividades lúdicas, como ler, ver televisão, jogar cartas, jardinagem, fazer tricô, etc.

As Universidades Seniores, entidades com uma vertente académica, social e lúdica, são um espaço privilegiado de inserção e participação social dos mais velhos, através de cursos de formação, visitas, oficinas, blogues, revistas e jornais, grupos de música ou teatro, voluntariado, viagens de estudo no país ou estrangeiro, em que os seniores se sentem úteis, ativos e participativos.

O setor do turismo sénior é uma área com perspetivas de crescimento tendo em conta, nomeadamente, a tendência de crescimento do grupo da população de 65 e mais anos no total da população.

A par da importância das atividades ocupacionais não económicas, o apoio continuado a famílias cuidadoras é o único caminho alternativo à institucionalização maciça de idosos avançados. Esta constitui a solução socialmente dotada de maior densidade humana além de se apresentar também como a menos dispendiosa para recursos públicos escassos e sujeitos a custos de oportunidade elevados.

A evolução das estruturas familiares é um dos fatores proeminentes de mudança nas sociedades contemporâneas, colocando novos desafios em termos de necessidades sociais e à organização das respostas públicas e privadas, com vista à promoção do bem-estar individual e coletivo no processo de envelhecimento. Em Portugal, os familiares (mulheres, pais, maridos, filhos) formam o grosso dos cuidadores das pessoas idosas com dificuldades nas atividades da vida diária. A evolução nas últimas décadas da estrutura, composição e dimensão das famílias portuguesas mostra o aumento das famílias unipessoais, nomeadamente dos idosos a viverem sós (cerca de 20% da população, de acordo com os Censos 2011) e o surgimento de novas formas de conjugalidade, o que pode levar a um aumento dos idosos institucionalizados se não se tomarem medidas de política que

contrariem esta tendência (CEPCEP – Relatório Final “O Envelhecimento da População”, 2012).

De acordo com o diagnóstico social do concelho, 2009, o Centro de Saúde efetuou diagnóstico de situação dos idosos inscritos com  $\geq 65$  anos constatando-se o seguinte:

Relativamente às famílias de inclusão, é a família nuclear que predomina no concelho atingindo um valor de 66%. Em relação à família unitária no concelho esta tem uma representatividade de 25%.

Desta realidade salienta-se que 91% do total de idosos estão inclusos em família unitária e nuclear ou seja vivem sozinhos, o que poderá constituir um fator de risco.

Na verdade a qualidade de vida das pessoas idosas também é afetada por questões monetárias e de privação material.

Em Portugal, a população com 65 e mais anos, de acordo com o Eurostat apresentava, em 2009, uma taxa de risco de pobreza (condição considerada como abaixo de 60% do rendimento mediano) de 21,0% depois das transferências sociais, valor ligeiramente superior ao registado em 2008, de 20,1%, e bem acima da média comunitária (17,8%); conforme se vai avançando na idade, o agravamento do risco da pobreza é maior, apresentando a população de 75 e mais anos um risco de pobreza que atinge os 24,4%, sendo na UE apenas de 20,3% (CEPCEP – Relatório Final “O Envelhecimento da População”, 2012).

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida.

O problema do envelhecimento pede um novo olhar e uma nova atitude de abertura e descoberta, capaz de o encarar de frente e criar as soluções adequadas.

As parcerias permitem potenciar a intervenção através da partilha da especialização, das competências, dos recursos e da abertura de canais de comunicação entre o setor da saúde e os setores social, político, económico e ambiental.

EIXO 3: ENVELHECIMENTO ATIVO E DE QUALIDADE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	OBJETIVO ESPECÍFICO
<b>Elaboração do Plano Estratégico da Maior Idade</b>	Diagnóstico sobre o envelhecimento no concelho de Ílhavo	Até ao final de 2016, estará elaborado o Plano Estratégico da Maior Idade pelo grupo de trabalho constituído para o efeito
<b>Divulgar serviços e respostas dedicadas ao idoso (à vertente típica)</b>	Divulgar os diversos serviços e respostas dedicadas à população idosa	Até final de 2016, será criado um flyer de divulgação dos serviços/respostas sociais e de divulgação de boas práticas no âmbito do Plano Estratégico da Maior Idade.
	Apostar na autonomização dos idosos e numa maior facilidade de acesso a bens e serviços essenciais	Até final de 2016, realizar-se-ão 5 reuniões/ações formativas com os responsáveis/colaboradores das diversas respostas sociais/serviços com vista ao planeamento de ações inovadoras, partilhando boas práticas.
<b>Combater o isolamento social/solidão na Terceira Idade</b>	Potenciar a frequência das respostas existentes para reduzir o isolamento/solidão dos idosos  Diagnóstico dos idosos em situação de isolamento/solidão	Até final de 2016, desenvolver-se-ão estratégias de combate ao isolamento/solidão dos idosos, através de flyers informativos disponibilizados pelos serviços que já identificaram idosos isolados (Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Saúde, Censos GNR)

<p><b>Potenciar os recursos existentes, concertando-os, no sentido de elevar o apoio aos cuidadores</b></p>	<p>Aumentar a capacitação do cuidador informal na atividade assistencial.</p>	<p>Até 2016, realizar-se-ão pela Unidade de Cuidados na Comunidade “Laços de Mar e Ria” do Centro de Saúde de Ílhavo, 2 ações de formação aos cuidadores informais de idosos que frequentam o Centro de Dia ou o Serviço de Apoio Domiciliário</p>
<p><b>Inventariar grupos de voluntariado no domicílio</b></p>	<p>Identificar os recursos existentes</p>	<p>Até 2016, será inventariado o conjunto de grupos de voluntariado para prestação de apoio (no domicílio) a famílias cuidadoras, como caminho alternativo à institucionalização maciça de idosos com idade mais avançada</p>
<p><b>Criar um Banco de Produtos de Apoio - Ajudas Técnicas</b></p>	<p>Identificar os recursos existentes</p>	<p>Até final de 2016, estará criado um normativo de utilizador de ajudas técnicas, no âmbito do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Individuos Carenciados</p> <p>Realizar um o levantamento das instituições que têm ajudas técnicas para disponibilizar à comunidade.</p>

## **SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

A questão da sustentabilidade financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), remete-nos automaticamente para a questão das empresas sociais e os seus impactos na sustentabilidade do 3.º Setor e o seu papel na economia nacional, particularmente no atual contexto socioeconómico.

Esta análise não se pode dissociar do contexto europeu, nem do contexto nacional, para assim se poder chegar a uma plataforma de análise local.

Alguns conceitos urgem ser explanados para um melhor entendimento do tema que aqui abordamos.

Sustentabilidade financeira é entendida como um objetivo de médio e longo prazos, necessário para a sobrevivência das instituições de solidariedade social, que buscam o equilíbrio em termos de financiamento, proporcionando valor à sociedade e com receitas provenientes de diferentes fontes (Lobão 2011).

“Empresa Social”, segundo o comité Económico e Social Europeu, não tem um conceito consensual, pelo que nos deveremos centrar numa descrição baseada em características comuns, tais como: alcançar objetivos sociais, por oposição a fins lucrativos, que beneficiem o público em geral ou seus membros; reinvestimento dos lucros e não distribuição pelos acionistas; produção de bens e serviços e possuir organismos de decisão com base na transparência, participação, codecisão e ser oriundo da sociedade civil.

O papel das empresas sociais é fundamental para alcançar os objetivos da Estratégia 2020, sendo esta um instrumento para assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década. Um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo é o grande objetivo pretendido. Porque criam emprego, promovem a inclusão, inovam socialmente, fomentam a cidadania e a participação. Integram igualmente grupos mais vulneráveis socialmente (desempregados de longa duração, etc.)

Isto é, promovem a inclusão social, o combate à pobreza e à exclusão social, o desenvolvimento sustentável e o crescimento económico inclusivo, e não apenas o crescimento económico.

A ação destas entidades centra-se no assegurar da proteção social aos grupos mais desfavorecidos, nomeadamente crianças e jovens, idosos, pessoas em situação de dependência e pessoas portadoras de deficiência, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, sempre que as situações não possam ser superadas exclusivamente através dos regimes de segurança social, por intermédio das prestações sociais.



O papel das IPSS com as mudanças estruturais profundas provocadas pela grave crise económica e social no nosso país, ganhou ainda mais importância e uma nova dimensão. As situações de emergência social tornaram-se mais notórias e estas entidades são cada vez mais procuradas como centros de recursos para as resolver.

Necessidades sociais relacionadas com situações de carência material, como pobreza, pobreza envergonhada e fome, bem como dificuldades em fazer face aos compromissos financeiros e às necessidades cada vez mais básicas, têm vindo a aumentar consideravelmente, não se perspetivando uma melhoria nos próximos tempos.

As IPSS, tanto de forma isolada, como em colaboração, têm vindo a empenhar-se no combate a estas situações, sendo que sem o contributo destas entidades o agravamento social nestas matérias seria ainda mais catastrófico.

Através da sua rede de serviços e equipamentos sociais procuram dar resposta a todos aqueles que dela necessitam, objetivo cada vez mais difícil de alcançar, dada a evolução dos problemas e das necessidades, bem como das expectativas geradas junto dos cidadãos.

### **As IPSS no quadro da Economia Social**

Considerando os desafios subjacentes à atual situação de crise socioeconómica e financeira quer no espaço Europeu quer em Portugal, o aprofundamento dos contributos das instituições de economia social, nomeadamente as IPSS, é vital para a prossecução dos objetivos nacionais (definidos no Programa Nacional de Reformas, PNR) enquadrados na estratégia Europeia 2020, bem como no que diz respeito ao reforço institucional das entidades responsáveis pela formulação e implementação das respostas sociais.

O papel das IPSS enquanto entidades geradoras de emprego, direto e indireto, quer como entidades que contribuem para uma sociedade mais inclusiva, têm um papel de extrema importância no âmbito da economia social.

Igualmente importante é ter presente os aspetos relacionados com o financiamento das suas atividades, que estão grandemente dependentes dos subsídios estatais, procurando encontrar soluções de auto funcionamento, por forma a garantir a sustentabilidade das instituições.

### **Economia Social, os novos desafios e a Estratégia Europeia 2020**

“Ao falar de economia social referimo-nos a organizações que atuam não por razões de lucro económico, mas para servir as pessoas: A economia social é assim uma outra forma de empreender, marcando uma diferença clara, entre organizações com base no capital e organizações em que a base são as pessoas”, (Manuel Canaveira de Campos, presidente do INSCOOP.)

As empresas de economia social (IPSS), a nível Europeu, representam 10% de todas as empresas e 6% do emprego total.

Em Portugal a economia Social abarca 12.156 Instituições, das quais 3.400 são IPSS, o que representa 4% das empresas portuguesas. Em termos de emprego, o 3.º setor representa cerca de 4% do total das pessoas integradas nas empresas, isto é, representam 4% da população economicamente ativa.

Segundo dados da Direção Geral de Segurança Social, em 2010, existem registadas cerca de 5.000 IPSS com fins de ação social, numa tendência de crescimento desde 2008.

As IPSS têm um forte papel ao preencherem algumas lacunas do Estado no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades concretas da população, em situações de carência ou urgência, constituindo um garante para o equilíbrio social.

Face às potencialidades da economia social (11 milhões de trabalhadores), esta contribui para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, privilegiando a dimensão humana e a coesão social, base essencial para atingir os objetivos da estratégia “Europa 2020”.

### **Desafios à gestão social – Sustentabilidade financeira das IPSS/ constrangimentos**

Porém, apresentam problemas de vária ordem, como sejam de gestão.

Para os colmatar é preciso encontrar fórmulas adaptadas à especificidade das instituições. São necessárias metodologias de intervenção e medidas adaptadas ao terceiro setor, capazes de contribuir para a inovação e qualificação deste setor.

Os desafios com que se deparam as IPSS aumentam diariamente, não apenas no que concerne na resposta às necessidades sociais emergentes, mas também relativamente ao seu modelo de financiamento, uma vez que a escassez de recursos e de financiamentos públicos atualmente e nos próximos tempos tornam o sistema atual insustentável.

O reforço dos apoios financeiros públicos, não podem continuar a ser encarados como a primeira e, em muitos casos, a quase única fonte de financiamento e por isso a solução.

Assim, o grande desafio que se coloca às IPSS é continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas com base em apoios financeiros mais diversificados, onde os recursos públicos não sejam a única solução, ou uma das únicas fontes de financiamento.

Ainda que o Estado continue a ter um papel importante no modelo de financiamento, urge o desafio de se encontrarem novas formas de sustentação, alternativas para este terceiro setor, em que a mudança de mentalidades é fundamental.

As IPSS enfrentam atualmente inúmeros desafios. Estes, criam oportunidades para uma mudança que as venham reforçar, contribuindo para uma melhor resposta às crescentes necessidades de apoio social.

Muitos especialistas da economia social referem a importância duma gestão para a sustentabilidade, o evitar dos défices financeiros crónicos, sendo necessário um planeamento mais rigoroso das atividades com previsão de resultados positivos, isto é, uma boa gestão, sendo que as contingências devem ser acauteladas.

A insistência de resultados nulos é prejudicial e favorece e perpetua uma situação de dependência das instituições aos ciclos políticos e orientações governamentais, em desfavor da sua independência e do cumprimento da sua missão na área da solidariedade social.

As principais dificuldades financeiras das IPSS, segundo estudo levado a cabo por especialistas da economia social e por inquérito a IPSS, encontram-se nas seguintes áreas:

- Custos em energia, em pessoal e em gastos com alimentação

### **Soluções/Estratégias/Conteúdos de boas práticas**

Alguns aspetos são apresentados pelos especialistas, do que poderá ser considerado como boa prática, salientando-se:

- A Profissionalização dos quadros dirigentes – com capacidade de gestão estratégica, maior envolvimento da sociedade civil e da economia no setor social;
- Diversificação das fontes de financiamento – novos serviços doadores, aumento da escala dos serviços existentes, criação de outras atividades para além das respostas sociais que desenvolvem, potencializando os equipamentos existentes;
- Criação de loja de vendas, onde as IPSS possam mostrar de uma forma inovadora e apelativa os seus produtos/serviços, divulgando-os e ao mesmo tempo gerar receita. Gerar receita numa lógica de mercado, em que as pessoas comprem o produto ou serviço não por caridade, mas porque é útil e competitivo com outros produtos e serviços;
- Alargar os serviços prestados para utentes com maior capacidade financeira, permitindo ganhos em receitas;
- Realização de receitas de eventos ocasionais, mais periódicos;
- Renegociação de contratos de fornecimento de serviços e de produtos;
- Importância de algumas medidas para redução de custos para o equilíbrio orçamental – uma central de compras com stock zero, utilização das TIC em todo o sistema de gestão e controle das atividades, energias renováveis, redução na aquisição de alimentos através de compras feitas por concurso e a pronto pagamento, recurso ao voluntariado e envolvimento dos próprios utentes;

- Parcerias – formação de redes para explorar economias de escala (centrais de compras), também com outras instituições de solidariedade e ainda a partilha de recursos humanos especializados, bem como a troca de produtos excedentários entre diferentes IPSS;
- Adoção de práticas de marketing social – modernizar a imagem e melhorar e inovar nos serviços prestados à comunidade e famílias, evitando a concentração de prestação de serviços tradicionais;
- Criar uma imagem externa forte do setor, no sentido de facilitar o relacionamento com os poderes políticos, bem como envolver a sociedade civil através da utilização das redes sociais, isto é, mobilizar a sociedade civil em prol da sustentabilidade financeira das IPSS;
- Divulgação de candidaturas, para o incentivo ao financiamento, bem como de instituições financiadoras (Entidades Bancárias)

Porém, tudo deve começar pelo desenvolvimento de momentos de reflexão e discussão:

- Fórum para discussão de medidas - Recolha e difusão de ideias de investimento, fomentando a troca de experiências, aproveitando todas as sinergias positivas, nomeadamente ao nível da promoção de novas formas de trabalhar a inclusão.

### **Propostas de intervenção para 2014-2016**

1. Aqui pretendemos apresentar um conjunto de sugestões que considerámos poderem adaptar-se à nossa realidade local, no entanto, muito importantes para a dinamização de um debate alargado, entre os diferentes stakeholders locais para reforçar a sustentabilidade das IPSS, um FÓRUM DE DISCUSSÃO.

**EIXO 4 - SUSTENTABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>	<b>OBJETIVO ESPECÍFICO</b>
<b>Criar um Fórum de discussão para recolha e difusão de ideias</b>	<p>Fomentar a reflexão, desenvolvendo a troca de experiências</p> <p>Fomentar encontros para troca de boas práticas entre as instituições de modo a facilitar o conhecimento das IPSS do concelho, promover o diálogo no terreno, com vista a facilitar o relacionamento e de forma a conhecer em profundidade as atividades das IPSS's</p>	<p>Até ao final de 2016, ocorrerão 3 momentos de reflexão entre os dirigentes das instituições, por iniciativa dos próprios, e realizar-se-ão 3 visitas a algumas das IPSS com divulgação dos resultados em CLAS</p> <p>Até final de 2016, deslocalizar-se-ão as reuniões do CLAS e as reuniões de reflexão do ASI, de forma rotativa, pelas diversas instituições</p>
<b>Formar uma rede interinstitucional de partilha de recursos</b>	<p>Recolha de boas práticas na ótica da partilha de recursos</p> <p>Estudar a possibilidade de implementação de uma plataforma de rentabilização e troca de recursos</p>	<p>Realização de contactos e visitas com o objetivo de inventariar boas práticas e explorar a constituição de possíveis economias de escala (as centrais de compras, com outras instituições de solidariedade, a partilha de recursos humanos especializados, e ainda potenciar a utilização de equipamentos existentes)</p>

<b>Criar uma loja de venda de produtos</b>	Existência de um espaço onde as IPSS's possam mostrar de uma forma inovadora e apelativa os seus produtos e serviços, divulgando-os e, ao mesmo tempo poder gerar receita.	Até final de 2016, será angariado um espaço, junto das entidades locais para ser usado como espaço de venda de produtos
--	--	---

## **QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

As condições atuais das famílias, que já se encontram em situação de difícil resistência às dificuldades económicas, poderão agravar-se ou prolongar-se cada vez mais no tempo. Cada vez mais a melhoria na sustentabilidade financeira das instituições, a profissionalização dos quadros dirigentes e a qualificação dos profissionais das IPSS's, enquanto principais agentes dinamizadores dos equipamentos e das respostas sociais em Portugal, não se podem alhear dos novos desafios que se colocam às organizações e aos serviços, designadamente em matéria de qualificação e de inovação, enquanto fatores decisivos de competitividade e de diferenciação.

A consciência das fragilidades mas simultaneamente das oportunidades que têm para ultrapassar os constrangimentos que enfrentam, torna possível a estas entidades permanecer no mercado social, consolidando o seu posicionamento junto dos seus utentes e comunidade em geral e que a eficiência e a prestação de serviços de qualidade não seja prejudicada face a esta conjuntura.

Este setor de serviços pessoais, coletivos e sociais de proximidade assumem uma importância cada vez mais estratégica na sociedade atual, surgindo ainda associado à premente necessidade de estruturas e respostas de apoio à família, sendo marcado por características que exigem uma constante adaptação e um domínio de conhecimentos muito específicos.

A formação dos técnicos é imprescindível, pois só por essa via é possível a oferta de uma resposta social pautada pela qualidade, permitindo ir ao encontro das necessidades e exigências de utilizadores, colaboradores e comunidade.

A capacitação surge assim como objetivo de uma gestão mais eficiente das organizações. A implementação de medidas para qualificar e melhorar o desempenho dos profissionais considera-se fundamental para se definirem, selecionarem, caracterizarem e monitorizarem os indicadores de oportunidades de melhoria ao desenvolverem novos planos de ação.

Os profissionais são cada vez mais confrontados com um grau de exigência maior, quer fruto do alargamento das áreas de intervenção quer das expectativas cada vez mais elevadas dos cidadãos cada vez mais informados e pretendendo estar envolvidos nas tomadas de decisão.

Se aos profissionais for permitido desempenhar as suas atividades com crescente motivação e sentido de auto realização, torna-se possível satisfazer por um lado as necessidades das organizações e por outro, as exigências dos utilizadores das respostas sociais e das suas famílias.

Deve-se continuar a investir na qualidade dos serviços prestados por forma a garantir a gestão eficiente dos recursos disponíveis, cada vez mais escassos, para que se assegure a sustentabilidade das instituições, a continuidade e até o alargamento das respostas.

Nesta ótica, considera-se fundamental dotar os técnicos de conhecimentos específicos que permitam identificar erros, insuficiências ou constrangimentos nas metodologias adotadas no seu quotidiano bem como desenvolver competências que potenciem a conceção e implementação de soluções adequadas e em consonância com as boas praticas, contribuindo assim para aumentar a confiança dos cidadãos nas respostas dadas.

Para a população de Ílhavo, foi criado o Atendimento Social Integrado, como uma nova metodologia de intervenção social que consiste num espaço privilegiado de manifestação e interpretação diagnosticada das necessidades e dos problemas que subjazem na comunidade local. Pela sua natureza dimensional persistente, exige-se uma intervenção continuada, global e estruturada e não setorial e estandardizada.

Esta metodologia permite uma forte articulação entre as organizações com responsabilidades no atendimento do âmbito social com protocolo de parceria.

Assim, são vários os técnicos gestores de processo responsáveis pelas respostas aos problemas das famílias e pela melhoria dos níveis de satisfação dos beneficiários quanto aos atendimentos e serviços prestados.

O Núcleo Executivo da Rede Social de Ílhavo, considera pertinente a qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais das instituições que são parceiras desta metodologia de trabalho.



EIXO 5 - QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE INTERVENÇÃO SOCIAL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Qualificação dos técnicos de intervenção social, através da realização de formação contínua	Desenvolver um conjunto de formações associadas a processos de modernização organizacional que contemplem a promoção da capacidade de inovação, gestão e modernização.	Em cada uma das reuniões do CLAS, dever-se-á reforçar a importância da formação contínua e apresentar propostas de entidades formadoras que possam vir a decorrer
	Reforçar a relevância do investimento a realizar no domínio da formação contínua.	Até final de 2016, os profissionais de intervenção social deverão ter realizado, no mínimo, 35 horas de formação
	Desenvolver através da formação dos profissionais, as competências das organizações do terceiro setor, melhorando a qualidade das suas prestações e contribuindo para a competitividade e sustentabilidade.	

## **ETNIAS**

A discussão sobre a integração e inclusão de indivíduos de etnia é uma constante na sociedade atual.

Um grupo étnico é um grupo de pessoas que se identificam umas com as outras, ou são identificadas como tal por terceiros, com base em semelhanças culturais ou biológicas, reais ou presumidas.

Em Portugal, e desde meados do século XV, que os ciganos têm sido de objeto de preconceito e estereótipo, fruto do desconhecimento da sua história e da sua cultura.

Embora considerados portugueses, são muitas vezes marginalizados, o que os faz resistir à integração tornando-se um povo fechado sobre si mesmo.

É importante desenvolver um conjunto de atividades que promovam o diálogo intercultural e a promoção social dos ciganos uma vez que estes necessitam de políticas de inclusão que promovam a sua capacitação e participação.

Em Ílhavo, com o projeto “Inclusivamente” há uma procura em melhorar o acesso das comunidades ciganas aos serviços e equipamentos locais, criar condições favoráveis à igualdade de oportunidades e à identificação de mediadores que tenham reconhecimento na comunidade e que promovam a eficácia na abordagem e intervenção social.

Os ciganos em Ílhavo vivem em acampamentos e o seu modo de vida está sobretudo direcionado para a venda de cestos e sucata ou estão dependentes de prestações sociais como o Rendimento Social de Inserção.

EIXO 6 - ETNIAS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	OBJETIVO ESPECÍFICO
Facilitar a intervenção social nos acampamentos ciganos	Conhecer a cultura e tradição da comunidade cigana e conhecer os seus projetos de vida	Até final de 2016, realizar-se-á um encontro temático sobre etnia cigana
Integrar as crianças ciganas nos equipamentos escolares do concelho	Trabalhar as competências parentais	Até final de 2016, desenvolver-se-á um Programa de Educação Parental com agregados familiares de etnia cigana
Encontrar linhas orientadoras da intervenção social que permitam a efetiva inclusão na comunidade envolvente	Permitir e facilitar o acesso a direitos sociais	Até final de 2016, rever-se-ão e reformular-se-ão os Eixos de Intervenção do projeto Inclusivamente

## **AVALIAÇÃO**

Reconhecendo a importância do momento de avaliação de qualquer instrumento de planejamento, a avaliação do PDS 2014-2016, far-se-á através dos relatórios de Atividades referentes aos Planos de Ação Anuais, cuja monitorização é realizada por um grupo de trabalho constituído para o efeito.

As necessárias tarefas a desenvolver no âmbito da auto avaliação passam pela reunião do Núcleo Executivo para avaliação e replaneamento – propostas de correção à intervenção – orientações técnicas, divulgação do relatório do CLAS – execução das ações em PDS e orientações técnicas de replaneamento.